



HISTÓRIA DE TRAJETÓRIAS: A EXPERIÊNCIA DE FABULAÇÃO EM UMA TURMA DO 7º ANO

Renan Silva Garcia ¹
Patrícia Teixeira Sá ²

RESUMO

O artigo descreve e analisa experiências vivenciadas no estágio obrigatório da Licenciatura em História em curso na Universidade Federal Fluminense, no componente curricular de Pesquisa e Prática Educativa em História. As atividades foram realizadas em uma turma de 7º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública localizada na cidade de Niterói – RJ. Diante do incômodo gerado na ocasião da aplicação de provas da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, em que estudantes, em sua maioria negros, se autoidentificaram como “brancos”, foram propostas atividades visando positivar trajetórias negras na história a fim de fomentar e ampliar referenciais no imaginário dos alunos. A sequência didática foi composta por uma aula dialogada sobre “Trajetórias na história negra do Brasil”, envolvendo dados do último censo do IBGE, comentários sobre a história da escravidão com a exposição das pinturas dos pintores Jean Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, cujo conteúdo era o cotidiano do Brasil escravista do século XIX. Em seguida, foram apresentadas as intervenções artísticas da artista maranhense Gê Viana, que produz collagens e fotomontagens, analógicas e digitais, inspiradas em acontecimentos da vida familiar e do cotidiano, confrontando a cultura colonizadora hegemônica e os sistemas de arte e comunicação. As intervenções de Gê Viana sobre as imagens de Debret e Rugendas foram o ponto de partida para a produção escrita de estudantes da educação básica. Refletiremos sobre o método de fabulação crítica, criado por Saidiya Hartman (2020), para imaginar trajetórias às cenas nas releituras de Gê Viana e desenvolvê-las por meio da escrita, considerando o protagonismo das personagens negras, as fontes históricas e processo de construção da consciência histórica de estudantes da educação básica (CERRI, 2011).

Palavras-chave: Ensino de História, Fabulação, Relações étnico-raciais.

INTRODUÇÃO

A influência africana na formação do Brasil enquanto nação fez parte do projeto fomentado por décadas pela elite intelectual e política do país, de diferentes formas ao longo da história. No século XX, o lugar do sujeito histórico africano e afro-brasileiro nas narrativas historiográficas permaneceu subalternizados, sob uma lógica racista. A ideia da democracia

¹ Graduando do Curso de História da Universidade Federal Fluminense - UFF, rsgarcia@id.uff.br;

² Professora orientadora, Doutora em Educação (PUC-Rio), Professora na Faculdade de Educação (UFF), patriciatxsa@gmail.com.



racial, engendrada nos finais do século XIX e fincada no imaginário social brasileiro por todo o XX, foi um dos pilares de sustentação para a vitória dessa representação (CHARTIER, 2002). O resultado disso é a negação da africanidade na constituição do Brasil enquanto país, pois o discurso da mestiçagem congênito dessa ideia tinha como finalidade o embraquecimento da população, um embraquecimento não só biológico, mas também cultural. A finalidade, ou a idealização, da mestiçagem, segundo a ideia de democracia racial, tinha no branco o padrão de utopia da nação.

A história escrita e contada sobre a formação da nação brasileira, por muito tempo, possuía no seu cerne a ideia de democracia racial. O IHGB, primeira instituição no Brasil direcionada à produção historiográfica, alimentava e distribuía trabalhos científicos que afirmavam a hierarquização das três raças, colocando a população negra e indígena sempre no lugar de inferioridade, de não protagonismo e subjugação, em relação aos brancos (SANTOS, 2022). A “história oficial”, portanto, reforçava a narrativa criada no âmbito de um Estado cuja escravização de pessoas negras fez parte de seu funcionamento, isto é, atualizou-se na historiografia uma narrativa que ainda subjugava o negro como sujeito inferior, ou seja, desprovido de participação e protagonismo.

Na tradição escolar e na historiografia brasileira, espaços para narrativas afrocentradas e de positivação da identidade negra foram escassos. Quando havia exceções, as narrativas sempre interligavam seus antepassados a situações de violência e subjugação. Apenas nos espaços negros educativos não-formais, por exemplo, escolas de samba (SANTOS, 2016) e terreiros (PEREIRA, 2020), podia-se ter contato com uma narrativa histórica afrocentrada, nem vitimizada ou baseada na violência, mas sim rizomática e crítica.

Na década de 1970, o Movimento Negro Unificado impactou a sociedade e o pensamento social brasileiro, desestruturando as afirmações científicas racistas, reformulando e desenvolvendo estudos compromissados politicamente com as consequências históricas da comunidade negra. Figuras como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Eduardo de Oliveira e Oliveira, Abdias Nascimento, Sueli Carneiro, Oliveira Silveira, Milton Barbosa, Dom Filó, entre outras e outros, iniciaram a construção do cabedal político, cultural científico do MNU contra as opressões do Estado para com a população negra e dos tentáculos racistas na sociedade brasileira.

Somente com a lei 10.639 de 2003 foi estabelecido de forma obrigatória o ensino de história da África e dos afro-brasileiros nas escolas de todo o país. Essa lei é um avanço da democratização do ensino e da luta antirracismo (SANTOS, 2005), responsável pela continuidade do Movimento Negro ao longo dos anos. Todavia, não há uma obediência plena

da lei, ou seja, ainda há déficits e problemas na sua aplicação. Estudos demonstram que a aplicação da lei se reduz a datas comemorativas, isolando as questões raciais no mês de novembro, por exemplo. Mesmo com empenho de alguns profissionais, a aplicação da lei ainda é mínima, porém significativa, isto se dá por motivos de descaso estatal na regulamentação, disciplinas ofertadas em caráter não obrigatório nos cursos de graduação, e a falta de uma formação continuada, não somente do professor, mas também de toda comunidade escolar (VASCONCELOS; ALVES, 2024). A luta é diária e contínua, fora e dentro de sala de aula. Nesse último caso, temos a obrigatoriedade da promoção do conhecimento histórico acerca das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, questionando ideias de violência, submissão e inferioridade, isto é, racistas, que ainda permeiam o pensamento social brasileiro.

Durante a aplicação da Olímpiadas Brasileira de Matemática (OBEMP), em uma turma de sétimo ano do fundamental da rede pública de ensino da cidade de Niterói, RJ, surgiu um incômodo. No momento de preencher os dados pessoais, a maioria dos alunos marcou a opção “branco(a)” referente à autodeclaração étnico-racial³. A turma, entretanto, é composta majoritariamente por estudantes negros. Esse caso aconteceu na presença da professora supervisora do estágio em História, que propôs pensar em alguma atividade que abordasse tal problema.

O presente artigo tem como intuito apresentar desenvolvimento e resultado da atividade pedagógica promovida na turma 704. O ponto de partida foi uma aula que consistiu na exposição dialógica sobre o processo que configurou a comunidade negra como a maior massa populacional na demografia brasileira e as consequências dessa experiência histórica. O objetivo era ressignificar no imaginário dos alunos a história negra do Brasil, de modo a ampliar o conhecimento histórico (CERRI, 2011) e reforçar referenciais positivos na construção de identidades, isto é, potencializar o reconhecimento e a composição do *self* por meio da apresentação de trajetórias humanizadas na história negra (HARTAMN, 2020).

METODOLOGIA

A atividade foi desenvolvida em dois tempos da aula de história, 50 minutos cada. A aula foi pensada para funcionar por meio do movimento dialógico entre professor e aluno com

³ O município de Niterói teve aumento demográfico significativo da população negra. Segundo o resultado do Censo de 2022, a população negra dessa região é composta por 12,51% de pretos e 29,96% de pardos. Comparado ao Censo de 2010, houve um aumento de 4% no período de doze anos, enquanto a população branca diminuiu 6%. Isto pode ser resultado do processo de consciência histórica e de identidade que reflete também na autodeclaração.

auxílio de exposição de obras artísticas por meio de projetor multimídia. Todas as obras artísticas expostas nos slides foram analisadas em conjunto em sala de aula, ouvindo com atenção os pontos de interesse levantados pelos alunos, tentando sempre costurá-los ao conhecimento histórico científico.

Na primeira parte da exposição, utilizamos dados e imagens e percorremos a história da escravidão, do início do tráfico ao século XIX. Foi apresentado o resultado do último Censo do IBGE, que demonstra que maior parte da população é composta por não brancos.⁴ Questionamos o porquê da população brasileira hoje se configurar desta forma e apresentamos os grupos étnicos que foram traficados ao Brasil, dentre eles, o povo banto com mais aprofundamento. A fim de comprovar através de documentos históricos, foram expostas em sala representações das obras de dois pintores europeus, Johann Moritz Rugendas e Jean Baptiste Debret, cujo ofício no Brasil foi retratar o cotidiano imperial daquela realidade oitocentista.



1. *Negro e Negra da Bahia*, Johann Moritz Rugendas, 1835.
2. *Um jantar brasileiro*, Jean-Baptiste Debret, 1827.

As imagens acima foram apresentadas como fonte histórica e classificadas na condição de “documentos coloniais”. Serviram para introduzir no debate a ideia de imagem, seja ela pintura ou fotografia, como documento. Nestes registros, a população negra da época está representada em diversas cenas, às vezes participações exclusivas, contudo, em posições de

⁴ O resultado demonstrado pelo Censo de 2022 é que a população brasileira é composta por pessoas pretas (10,2%), pardas (45,3%), brancas (43,5%), indígenas (0,6%) e amarelas (0,4%).

violência e subjugação específicas da época e também distanciadas, sem qualquer fagulha de afeto nas pinturas.

No segundo momento da aula, apresentamos a trajetória e a obra da historiadora Saidiya Hartman. Foi o momento de guinada ao clímax da aula. As contribuições de Hartman serviram como base para a formulação da atividade e compreendemos que não poderia ser utilizada apenas como material teórico para o professor. Ao ser revelada no projetor, explicamos a sua contribuição à história da escravidão com a proposta paradigmática da fabulação crítica, que consiste na imaginação sobre o documento a fim de compor uma narrativa historiográfica para além da violência e subjugação. Serviu também para mostrar a disputa de narrativas presente no campo historiográfico, demonstrando o hábito deliberado de apagar o protagonismo negro.

A terceira parte da aula expositiva, recorremos às obras da artista Gê Viana para exemplificar o que seria a fabulação que Hartman propõe, desta vez, na arte. As obras da artista maranhense selecionadas para aula foram colagens gráficas e manuais cujas cenas foram montadas tendo como referencial as obras de Debret e Rugendas. Entretanto, a artista modifica espaços e, principalmente, as trajetórias das personagens de forma radical, apresentando-nos novas narrativas históricas por meio da imagem. Enquanto nas obras do século XIX, os negros estavam definidos pela representação do açoitamento, da subalternização, da distância física, e afins, nas atualizações da artista eles ocupam pleno protagonismo, desta vez humanizado, em posições de prestígio e situações de afeto.



3. *Sentem para jantar*, 2021; série Atualização traumática de Debret, Gê Viana.

4. *Amores, Amantes dê Bhaia*, 2022; série Atualização traumática de Rugendas, Gê Viana.



Na quarta e última parte da aula foi realizada a avaliação do conhecimento apresentado e dialogado em sala. Foi proposta a construção de trajetórias às cenas da artista Gê Viana. Dividimos a turma em quatro grupos e oferecemos para escolha quatro imagens da série “Atualizações traumáticas”⁵. Os grupos tinham que contar, de forma escrita ou oral, a fabulação imaginada para as cenas das réplicas de documentos em suas mãos.

REFERENCIAL TEÓRICO

No movimento contrário ao silenciamento e apagamento das trajetórias negras da “história oficial”, adentramos o campo de disputa de narrativas no Ensino de História, com intuito de fincar e potencializar novas imagens e perspectivas no campo do conhecimento histórico desses alunos.

A História Visual é um campo de estudo desenvolvido com o intuito de compreender as imagens, sejam elas virtuais, analógicas, artísticas, televisivas, etc., na condição de documento. O principal objetivo dessa vertente é fazer uma leitura imagética da história, ampliando, assim, seus instrumentos de pesquisas e seus horizontes reflexivos. O intuito é a amplificação do conhecimento histórico e consequentemente do Ensino de História (MENESES, 2003).

O uso de imagens para compor o repertório da aula partiu da necessidade de abordar o tema referido de forma atrativa e envolvente. As imagens não estavam servindo somente como ilustração e sim como objetos de leitura, análise, crítica e criação. A historiadora Ana Molina aponta para o perigo de reduzir a imagem ao elemento ilustrativo, de modo que ela não deve ser considerada em si mesma, mas sim como algo que revela e esconde (2020). Por isso, optamos pela análise crítica das imagens na composição do trajeto da aula, nunca como ilustração e sim como documento, no caso das pinturas de Rugendas e Debret; e como suporte criativo para as obras de Gê Viana. A imagem, portanto, era o texto da aula.

Fabulação histórica é a proposta metodológica da historiadora Saidiya Hartman cujo objetivo é dilatar os limites do que é oferecido pelo arquivo e “pintar o quadro mais completo” das vidas dos escravizados, através de uma encenação por meio da narração. Dessa forma, a finalidade deste método é humanizar por meio da imaginação de trajetórias o que fora historiograficamente desumanizado (HARTMAN, 2020).

⁵ A série *Atualizações traumáticas* (2020 – 2022) foi um projeto da artista maranhense Gê Viana. Nele, a artista realizou diversas colagens tendo como ponto de partida o olhar europeu e colonial para ressignificar tais imagens de violência e sujeição nas quais personagens negros eram retratados. As obras dessa série têm em sua composição central personagens negros em lugar de agencia.



O resultado do uso da fabulação histórica deve ser visto enquanto algo que ultrapasse o historiográfico – não está posto apenas para a construção de uma narrativa mais humanizada sobre a história da escravidão. É também a condição motriz da construção de identidade no presente, portanto, é um fenômeno político. Sendo assim, por meio de tal método, a história da escravidão se ampliará de narrativas humanizadas sobre suas vítimas, alimentando a consciência histórica da comunidade negra e brasileira no geral, permitindo um movimento de identificação diverso de possibilidades existentes historicamente.

Imaginar, segundo bell hooks (2020), é um dos meios de sobrevivência para pessoas traumatizadas. A imaginação que Saidiya Hartman sugere é o caminho para humanizar, nas narrativas históricas sobre escravidão, personagens marcados pela violência sofrida de diversos modos. Logo, os métodos de imaginação proposto pelas autoras confluem a fim da expansão do conhecimento histórico e da liberdade plena à comunidade negra. Valendo-se da fabulação crítica e reconhecendo que a história, enquanto narrativa, está recheada de falhas, entretanto, é possível (re)construí-la por meio do ato de imaginar trajetórias através do documento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fabulação crítica analisada como resultado a seguir foi produzida pelo Grupo 1, composto por quatro meninas. Erros ortográficos, temporais e semânticos foram identificados, corrigidos e apresentados às integrantes, contudo desconsiderados no quesito de importância da prática de realizada. Imaginar, fabular e criar eram os objetivos centrais. A cena a qual ficou sob responsabilidade do grupo foi *Amores, amantes dê Bhaia* (Figura 4)⁶.

A história, criada pelas alunas, intitulada *O amor quase impossível para um tradutor*, narrava a trajetória romântica de dois escravizados. O homem, possuidor de “talento único”, conseguia entender a língua portuguesa perfeitamente, logo, chamou a atenção dos traficantes. Escravizado na função de tradutor, ele passava os dias sentado sobre uma rocha reproduzindo os mandos dos senhores. Após algum tempo, chega nesse lugar uma mulher na condição de escravizada e o homem logo se apaixona. “O que uma moça tão bonita quanto a senhora faz aqui sendo escravizada?”, ele pergunta no primeiro contato e a partir daí criam uma linda relação amorosa. Passado um tempo fogem para um quilombo na tentativa de viver o amor na liberdade, porém são capturados pelo “capataz” do senhor. A mulher é alvejada e morre e o

⁶ Imagem presente na página 5 deste artigo.

homem volta à função de tradutor. Ele nunca esqueceu de sua amada e pensava nela todos os dias e “[...] todas as vezes que ele pensava nela ele se imaginava com ela o abraçando e uma versão dela toda coberta por folhas pois seu trabalho antigo envovia a natureza... E a partir daquele dia o começou a ver ela como uma deusa da natureza.”

Argumentamos que a fabulação criada pelas alunas demonstra o desenvolvimento do conhecimento histórico (CERRI, 2011). Elementos que conduzem a narrativa são característicos à história da escravidão, por exemplo, legalidade do tráfico transatlântico, trabalho forçado, fuga, quilombo, dificuldade em manter afetividade, falta de liberdade, castigo. No entanto, o que mais chama a atenção é a relação amorosa e as consequências dela na trajetória das personagens. Leva-nos a pensar no mesmo movimento de Saidiya Hartman na construção de trajetória para Vênus e sua amiga: o caminho do afeto. No debate atual sobre a escravidão, a tentativa de uma relação afetiva é vista como uma das possibilidades de subverter a lógica e o funcionamento da escravização; trata-se, também, de uma possibilidade de resistência.

Além de gerar o debate sobre o conceito de releitura e ressignificação – expandindo o conhecimento científico e alimentando a sensibilidade artística –, as cenas atualizadas de Gê Viana foram fundamentais no questionamento para a criação da narrativa. Serviram de suporte criativo e base teórica para o conhecimento histórico e propulsor de referenciais positivos, reconhecendo as trajetórias negras a partir da imaginação e o ato de fabular.

A apresentação das obras de Gê Viana, para além de elemento criativo, também puderam ser consideradas enquanto narrativas oposta aos documentos coloniais, estabelecendo uma disputa, dentro do campo do conhecimento científico e artístico, atrelados. Não é somente a história o lugar de contestação dos estigmas racistas na sociedade. A arte, por exemplo, sempre foi uma das frentes nessa tensão; componente fundamental para a História Visual (MENESES, 2003).

É nesse sentido que a interdisciplinaridade é considerada não só como método de pesquisa historiográfica, mas também como prática do ensino de história. Este movimento configura o contato ativo da relação mútua entre espectador e imagem, culminando em diversos resultados e reflexões (MOLINA, 2020).

O objeto estudando e debatido em sala de aula deve ser associado sempre ao compromisso político. Levando em conta que os resultados são parciais e pessoais em cada aluno, é possível considerar e identificar aprendizados diversificados e resultados diferentes

absorvidos por cada um. Na aula analisada neste artigo, para além do conhecimento histórico transmitido acerca das possibilidades de resistência e sobrevivência dos escravizados, ampliando a história da escravidão a contrapelo (BENJAMIN, 2012), é possível salientar a contribuição no imaginário dos alunos, a fim de ampliar o referencial positivo para a construção do *self* (HARTMAN, 2020).

A história, portanto, deve ter seu caráter falho reconhecido⁷ e vista como processo em construção, cheia de fragmentos politicamente perdidos no arquivo, os quais precisam ser resgatados e considerados para a construção da consciência histórica. Esta por sua vez tem como função de auxílio na constituição do *self*, isto é, o entendimento de si, considerando enquanto sujeito no tempo. O trauma na memória da comunidade negra, além de ser o elemento histórico que impede a construção da consciência de identidade, é ele também uma questão-problema central na história da escravidão. É por conta dos problemas atuais causados pelos traumas na história afro-diaspórica que é preciso fazer uso da fabulação crítica na escrita das narrativas historiográficas, com a finalidade da busca de compreensão histórica por meio do movimento presente-passado-presente (HARTMAN, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência pedagógica realizada na 704, segundo os referenciais teóricos utilizados na metodologia, demonstra a necessidade de contrapor às narrativas hegemônicas os estereótipos de violência e subjugação designados a história negra. O conceito de fabulação de Saidiya Hartman como forma de embate teórico-metodológico à “história oficial” e à historiografia clássica é tido como fundamental na ampliação da percepção humanizada da trajetória dos sujeitos históricos negros. As obras de Gê Viana, consideradas como fabulações artísticas que ressignificam no campo da arte a imagem e o lugar de personagens negros, serviram como contraponto imagético documental, sendo considerada também uma fonte de fabulação.

Os resultados obtidos com a atividade, representada pelo Grupo 1, vão além de respostas certas ou erradas. Revelam a capacidade de abordar a história negra de forma não convencional, isto é, por meio de trajetórias, com a finalidade de da construção amplificada

⁷ Saidiya Hartman comprehende a história como uma construção narrativa, podendo ela ser passível de lacunas, sejam elas concebidas de forma ingênua ou deliberada. Deve-se levar em conta o sentido do arquivo, ou seja, a sua estrutura enquanto instituição é por si só uma extensão do pensamento colonial reconfigurado por meio do racismo. Por isso o ato de imaginar é fundamental na construção da narrativa historiográfica, visto que o lugar que guarda, organiza e oferece as fontes é também racista e perpetua violência, sujeição da história negra.



do conhecimento histórico. As alunas identificaram elementos da história da escravidão, como violência e sujeição, contudo ressignificados por meio das relações afetivas e espirituais. A fuga para o quilombo é também a percepção das alunas sobre as possibilidades de resistir ao sistema escravista. Considerou-se, portanto, o modo de pensar e apresentar a agência e resistência negra ao logo na construção da narrativa como resultado central da atividade. pos

Desse modo é evidente a importância do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira para além de datas comemorativas. A abordagem ao aplicar a lei 11.639/03 no ensino de história deve ser inserida no escopo epistemológico, utilizada como potencial de criação na construção do conhecimento histórico, atualizando as concepções de documentos, tempo e escrita da história dentro de sala de aula. O uso das imagens de Gê Viana – não como ilustração, mas sim como fonte e suporte criativo – serviu para colocar os estudantes na posição de sujeitos ativos da construção da narrativa e imaginadores de trajetórias.

Conclui-se, portanto, que a empreitada de resgatar e positivizar a identidade negra no imaginário social é inseparável da crítica ao racismo estrutural que moldou a historiografia nacional. A sala de aula deve ser compreendida como uma extensão da sociedade e não como algo apartado desta. Logo, toda a atividade pedagógica deve ser considerada um movimento político. A fabulação crítica mostrou-se um instrumento pedagógico poderoso nesse sentido, ao ter dupla funcionalidade: é um método historiográfico que humaniza o passado e, simultaneamente, um ato político que incide sobre o presente, auxiliando na construção do *self* e na formação de uma consciência histórica e identitária libertadora (HARTMAN, 2020).

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Tradução e organização de João Barrento. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- bell hooks. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo, Elefante, 2020.
- CERRI, L. F. *Ensino de História e consciência histórica*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Portugal: DIFEL, 2002, 2^a edição.
- HARTMAN, Saidiya. (2020). Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, 23(3), 12–33.
<https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>.



LAPEHIS UFVJM. #23 Bate papo com Ana Molina: Os usos da imagem no ensino e na pesquisa em História. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-0QZAdE0u48>. Acesso em: 11 out. 2025.

MENESES, Ulpiano Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, jul. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/JL4F7CRWKwXXgMWvNKDfCDc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2025.

PEREIRA, Patrícia da Silva. O espaço de Terreiro como espaço educativo. Ponta Grossa: Atena Editora, [s.d.]. 13 p. DOI:10.22533/at.ed.7592028058. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/o-espaco-de-terreiro-como-espaco-educativo>. Acesso em: 11 out. 2025.

SANTOS, Eduardo Silva dos. Aprendendo com o samba: vivências educacionais de jovens sambistas. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Sales Augusto. A lei nº 10.639/03 como fruto da luta antirracista do Movimento Negro. In: Educação antirracista, caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. Racismo brasileiro: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

VASCONCELOS, Débora Kelly Ferreira; ALVES, Patrícia Formiga Maciel. As dificuldades de implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no ambiente escolar. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1–19, 2024. DOI: [10.14393/REPOD-v13n2a2024-69548](https://doi.org/10.14393/REPOD-v13n2a2024-69548). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/69548>. Acesso em: 18 out. 2025.